

Registro de deficiência de vítima de violência doméstica já é lei

Já está em vigor a Lei 13.836, de 2019, que obriga informações sobre a condição de deficiência da vítima, nos boletins de ocorrência (BOs) dos casos de violência doméstica. A medida, publicada no *Diário Oficial da União* desta quarta-feira (5), resultou do [PLC 96/2017](#), aprovado pelo Senado em maio.

[\(Agência Senado, 05/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Incluída na Lei Maria da Penha ([Lei 11.340, de 2006](#)), essa nova regra também determina que o registro policial informe se o ato de violência resultar em sequela ou em agravamento de deficiência preexistente.

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), entende que a proposta vai aumentar a atenção às mulheres com deficiência que são vítimas de violência doméstica. Rose citou dados da organização não-governamental (ONG) Essas Mulheres, segundo os quais as mulheres são as maiores vítimas de violência física (68%) e sexual (82%) contra pessoas com deficiência.

É pela vida das mulheres: Nota de apoio a Debora Diniz

Pesquisadora da Anis registrou Boletim de Ocorrência após receber ameaças de morte

(Instituto Patrícia Galvão, 11/07/2018)

A pesquisadora, antropóloga, professora e escritora Debora Diniz [registrou Boletim de Ocorrência na última semana](#) após sofrer agressões em redes sociais e receber mensagens e ligações com ameaças de morte. Debora Diniz é defensora e ativista pela descriminalização do aborto e encabeça, junto à Anis - Instituto de Bioética e ao PSOL, uma ação no STF para que o aborto possa ser feito de forma voluntária até a 12ª semana no Brasil.

O Instituto Patrícia Galvão registra por meio desta nota total apoio a Debora Diniz e repudia qualquer tipo de agressão e ameaça feitas contra ela e qualquer mulher que lute por seus direitos. Cobramos ainda a urgente responsabilização e punição dos agressores.

A questão da interrupção voluntária da gravidez é um tema de extrema importância para a saúde pública e a garantia dos direitos das mulheres e deve ser debatido com urgência e serenidade. [Segundo dados da OMS, mais de 25 milhões de abortos inseguros ocorreram anualmente](#) no mundo entre 2010 e 2014, sendo 97% desse total em países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

Não podemos mais permitir que as vidas de milhares de mulheres sejam interrompidas em decorrência de abortos realizados de forma insegura no Brasil. Acompanhando a onda de avanços ao redor do mundo - com o [referendo na Irlanda](#) e a [votação na Câmara dos Deputados na Argentina](#) -, acreditamos que podemos alcançar o pleno direito de escolha e proteção à vida das mulheres com a garantia de interrupção segura da gravidez.

Instituto Patrícia Galvão

“É uma sensação de dor e humilhação”, diz jornalista negra barrada em supermercado

(R7, 07/01/2016) *Etiene Martins, de 32 anos, foi hostilizada pelo segurança do estabelecimento, no centro de BH*

Um misto de dor, vergonha e humilhação: foi esta a sensação da jornalista e publicitária Etiene Martins, de 32 anos, ao ser impedida de entrar com uma mochila pelo segurança de um supermercado no centro de Belo Horizonte. O caso veio à tona depois que ela publicou um desabafo em seu perfil do Facebook, onde relata a discriminação que sofreu do funcionário do estabelecimento por ser negra.



Jornalista pretende fazer uma representação no Ministério Público
(Foto: Reprodução/Facebook)

— Minha vontade era só chorar, chorar e chorar. É muito triste você olhar para o lado e ver todo mundo te olhando como se vocês estivesse roubando o supermercado. É uma sensação de dor, humilhação e vergonha. Depois, senti medo, achei que ele iria me bater.

Ela só queria comprar duas lâmpadas no supermercado, mas acabou sendo surpreendida pela reação agressiva do segurança. Ao chegar no estabelecimento, Etiene se deparou com uma roleta e perguntou ao funcionário como deveria proceder para entrar no comércio. Irritado, ele gritou que ela deveria primeiramente guardar a bolsa no guarda-volumes. Como viu outros clientes entrando com mochilas, no entanto, a jornalista passou pela catraca e ainda foi ameaçada com um cassetete.

— A clientela inteira estava de bolsa, inclusive uma pessoa passou de mochila e ele não abordou. Mas, assim que eu passei pela roleta, ele segurou o cassetete que estava na cintura dele e eu questioneei se ele estava pensando que eu iria roubar. Foi neste momento que ele disse que “são pessoas assim que roubam aqui todo dia”.

Constrangida e chorando, Etiene buscou um responsável pelo local e foi informada por uma das encarregadas que aquela não era a primeira vez que o vigia tinha um comportamento deste tipo. Ainda segundo ela, a mulher tentou justificar o ocorrido, alegando que o homem prestava serviços por meio de uma empresa terceirizada e não era funcionário direto do comércio. Sem apoio, a jornalista decidiu tomar uma atitude e chamar a Polícia Militar.

Foram cerca de três horas e meia para registrar o Boletim de Ocorrência contra o segurança e, mesmo assim, ela ficou decepcionada. No documento, o caso foi registrado como “outras infrações à pessoa”, e não como racismo, como a jornalista esperava.

— O que acontece é que estamos acostumados a passar por este tipo de coisa o tempo todo. Mas gera um transtorno tão grande que as pessoas acabam largando para lá por causa do desgaste. Eu insisti para que o policial o levasse para a delegacia em flagrante pelo crime de racismo, mas não foi registrado assim. A polícia ainda está muito despreparada para lidar com este tipo de situação.

Ela conta ainda que recebeu várias mensagens de solidariedade depois do ocorrido de pessoas que sofreram o mesmo tipo de preconceito de todas as formas possíveis. Etiene, que é militante do Movimento Negro em Belo Horizonte, conta que jamais esperou vivenciar um episódio de racismo declarado.

— Todos os negros no seu cotidiano passam por algum tipo de discriminação, só que geralmente é mais “cordial”, se é que se pode dizer isso. Quem é negro sabe do que eu estou falando, mas as pessoas não fazem de forma direta. Eu pensava que jamais deixaria algo assim acontecer comigo e fiquei sem reação, dá vontade de ir embora e só chorar. É uma dor mesmo.

Agora, a jornalista pretende levar a denúncia adiante e encaminhar uma representação ao Ministério Público de Minas Gerais e à Polícia Civil. Por meio de nota, o supermercado O Dia lamentou o fato e ressaltou que “não compactua com qualquer tipo de destrato aos clientes”. O estabelecimento alegou ainda que o funcionário “já foi desligado de suas funções”.

Márcia Costanti, do R7

Acesse no site de origem: [“É uma sensação de dor e humilhação”, diz jornalista negra barrada em supermercado \(R7, 07/01/2016\)](#)

Boletim de ocorrência terá espaço para nome social e crimes de homofobia em Minas Gerais

(Estado de Minas, 06/01/2016) As alterações foram implantadas no ambiente digital do REDS com base em normas baixadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e em orientações da Secretaria Nacional de Direitos Humanos

Os formulários dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) apresentam novidades desde o dia 1º de janeiro deste ano: novos campos foram inseridos para orientação sexual e identidade de gênero. Também estão disponíveis novas opções de preenchimento de causa e/ou motivação presumidas do crime, como preconceito por orientação sexual, de preconceito racial - de cor e étnico, preconceito religioso e de sexismo.

As alterações foram implantadas no ambiente digital do REDS com base em normas baixadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e em orientações da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A novidade tem como objetivo proporcionar à população um quadro mais preciso da violência relacionada a preconceitos em toda capital e para aplicar novas políticas de prevenção e combate a esses tipos de crimes.

A pessoa agora terá a opção de abrir a opção 'nome social'. Se for da vontade da mesma, ela poderá preencher o campo com as opções: 'travesti', 'mulher transexual' e 'homem transexual'. O campo 'sexo' também passa a ter como opção 'masculino', 'feminino' e 'não identificado'.

Da mesma forma, a pessoa que registra o boletim de ocorrência será questionada se deseja anotar a própria orientação sexual. Em caso positivo, abrem-se no formulário as opções 'heterossexual', 'homossexual' (gays e lésbicas) e 'bissexual'.

Em relação à causa e motivação dos crimes contra a pessoa, o REDS passou a ter opções de preenchimento mais precisas. Para orientação sexual: homofobia, lesbofobia, biofobia e transfobia. Para preconceito racial/de cor/étnico: racismo e xenofobia. Para preconceito religioso: intolerância religiosa. Também criou-se a opção 'sexismo', em que se enquadra, principalmente, o machismo.

Acesse no site de origem: [Boletim de ocorrência terá espaço para nome social e crimes de homofobia em Minas Gerais \(Estado de Minas, 06/01/2016\)](#)

Estupro na USP: “Estuprador também é o

branco que se veste bem e tem dinheiro

(El País, 12/11/2015) “Você é a mulher mais linda desta faculdade”, dizia um dos primeiros bilhetes que um “admirador” anônimo deixou na mochila da estudante de Geografia da USP, Luísa Cruz, no ano passado, dentro da sala de aula. Ela não deu bola. E em pouco tempo, mais um bilhete com o mesmo tom de assédio apareceu. “Passei a não deixar mais a minha mochila dentro da sala de aula durante o intervalo”, conta. “Mas os bilhetes começaram a aparecer na mochila de um amigo meu”. De “elogiosos”, o teor dos bilhetes passou a ser ameaçador. “Você ainda vai ser minha”, apareceu no carro da estudante.

O assédio ocorreu de março a agosto do ano passado, mesmo depois de Luísa fazer um boletim de ocorrência e comunicar todas as instâncias responsáveis da USP, a maior universidade do Brasil. “Nenhuma atitude efetiva foi tomada e as ameaças continuaram”, conta. E culminaram em uma tentativa de estupro, no estacionamento da universidade, em plena luz do dia.

“No dia 8 de agosto eu parei em frente ao prédio da Geografia para encontrar uns colegas. Eram mais ou menos quatro da tarde. Quando vi que não estavam lá, segui até o prédio da Faculdade de Arquitetura para comprar um caderno”, conta. Quando chegou na FAU, Luísa saiu do carro e seguiu até o prédio, mas se lembrou que havia esquecido o celular dentro do carro. “Quando voltei para buscar o celular, fui atacada por um homem, que me segurou pelo pescoço e forçou a minha entrada no carro enquanto dizia ‘eu te avisei’”. Luísa diz que conseguiu ver apenas a mão do criminoso, e por isso sabia que ele era branco. “Ele tentou abrir a minha calça, mas eu consegui acionar a buzina do carro duas vezes com o joelho. Ele bateu a minha cabeça fortemente na porta do passageiro e fugiu, sem que eu pudesse vê-lo”.

A estudante foi prestar queixa na delegacia, mas não passou impune pela atitude machista que muitas autoridades tomam nesse momento. “Enquanto busquei ajuda nos meios jurídicos e acadêmicos já escutei coisas como: ‘ah, mas quando você estava só recebendo os bilhetes, você estava gostando, não? Você estava sendo elogiada...’”, diz. “Sugeriram que eu pudesse ter feito algo para receber aquelas ameaças. Me perguntaram: ‘você não fez nada para o seu namorado? Será que ele não pode ter ficado bravo com você, por alguma razão, e ter feito isso?’”.

Como a polícia não abriu investigação e a USP não tomou nenhuma medida efetiva sobre o caso, Luísa resolveu tornar pública a sua história, enviando seus relatos a jornais e publicando nas redes sociais. “Isso fez meu agressor ao menos parar de se manifestar”, diz. Mas não fez o trauma ou a tensão passar. Sem saber quem tentou estuprá-la, foi natural que ela desconfiasse de quem estava à sua volta. “Troquei de carro, de celular, fiz tudo o que podia para despistar meu agressor”.

Luísa conseguiu terminar o semestre com a ajuda dos amigos. “Não ia nem ao banheiro sozinha”. Outras mulheres que já sofreram violações dentro da USP também ajudaram fazendo um rodízio para acompanhá-la até o carro e não deixá-la sozinha. “Assim como o meu caso, existem diversos outros dentro da USP. Conheço um monte de mulheres que sofrem ou já sofreram ameaças, agressões e já foram estupradas lá dentro”. Segundo Luísa, há grupos de ódio às mulheres organizados na universidade. E, em resposta a isso, as mulheres que sofrem com isso também se organizam em grupos de solidariedade e militância. “Me apoiei muito nelas”, conta.

Mais de um ano se passou desde que a estudante recebeu o primeiro bilhete. Mas, no meio do mês passado, ela encontrou um novo bilhete em seu carro, estacionado na universidade: “Enquanto você estiver aqui, estarei”, diziam as letras de forma, quase ilegíveis.

Uma semana depois do bilhete, a conta de e-mail de Luísa foi invadida e ela recebeu, durante a aula, um e-mail da sua própria conta, em tom de ameaça. “A pessoa dizia que sabia como era o meu cotidiano, que não era a mesma pessoa que me agrediu no ano passado, e, principalmente, condenando o meu envolvimento com mulheres que já sofreram agressões dentro da universidade, sugerindo que eu deveria rever as minhas amizades e o tempo gasto ‘acobertando vagabundas’”. As ameaças haviam voltado.

Após uma pesquisa feita por conta própria, Luísa diz ter descoberto que o e-mail foi enviado de um computador do laboratório de informática da sua própria faculdade. Um novo boletim de ocorrência foi feito. E, finalmente, a polícia decidiu abrir as investigações. A estudante prestou depoimento na delegacia na última quarta-feira. No mesmo dia, se reuniu com autoridades da USP para avaliar “as providências a serem tomadas”, segundo nota emitida pela universidade.

A USP ofereceu indicação de apoio psicológico pela primeira vez desde que as ameaças começaram, há mais de um ano, e se comprometeu a ajudar nas investigações. “Me orientaram a não frequentar mais as aulas no período noturno”, conta Luísa. A USP só se pronunciou por meio de nota publicada no site. Procurada, a assessoria de imprensa disse que não era verdade que a universidade havia orientado Luísa sobre não frequentar mais as aulas do noturno, mas afirmou que ninguém comentaria o caso.

Mariana Rossi

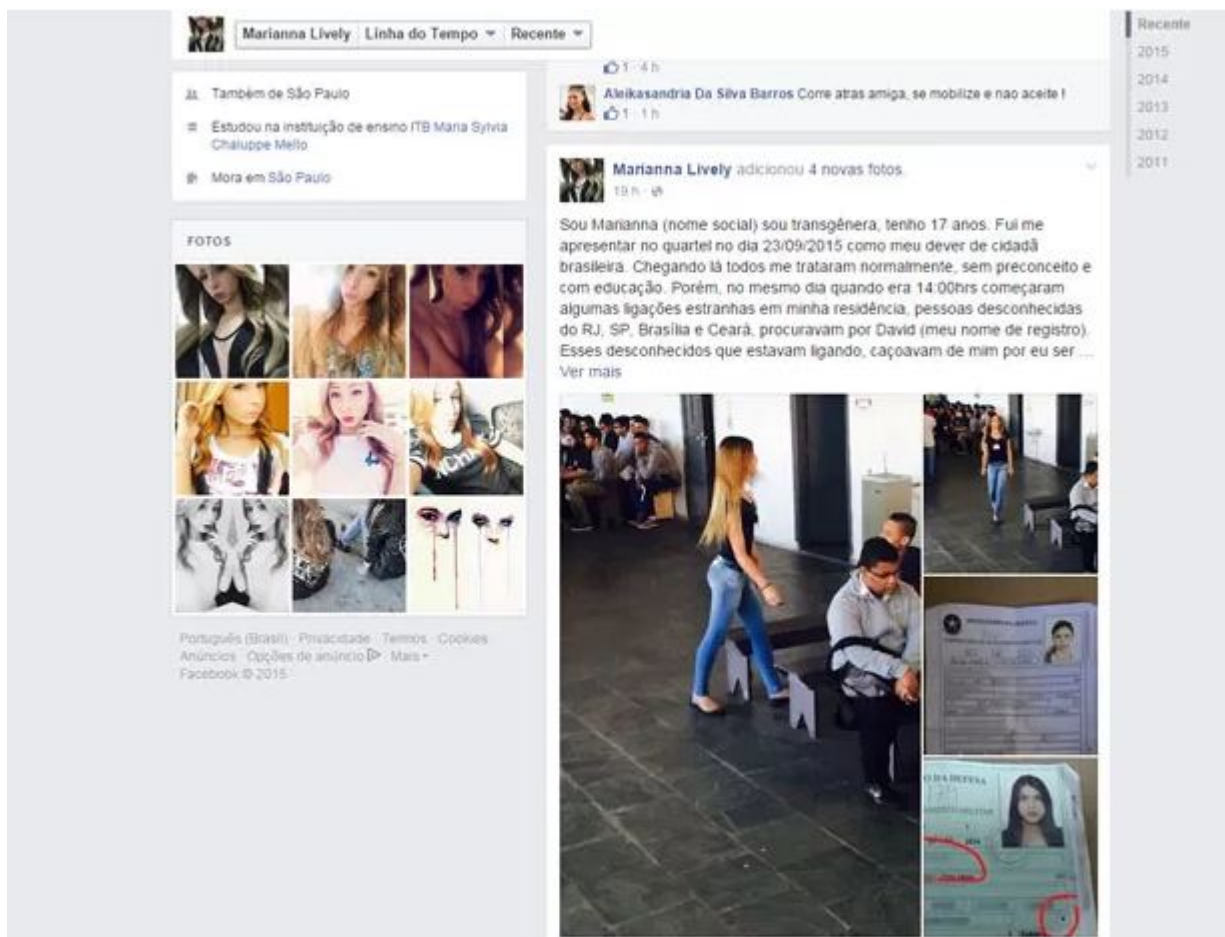
Acesse no site de origem: [“Estuprador também é o branco que se veste bem e tem dinheiro” \(El País, 12/11/2015\)](#)

Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postados na web

(G1/São Paulo, 29/09/2015) *Jovem recebeu ligações com ofensas logo depois de se alistar. Exército Brasileiro não se manifestou sobre o ocorrido em São Paulo*

A adolescente transgênera Marianna Lively, 18 anos, teve duas fotos e todos os dados pessoais divulgados na internet instantes depois de fazer o alistamento na Junta de Serviço Militar em Quitaúna, em Osasco, na Grande São Paulo, na quarta-feira (23). Na ocasião, ela ainda tinha 17 anos. A jovem não usa o nome de registro desde os 15 anos e pediu à reportagem do G1 que fosse identificada pelo nome acima.

Leia também: [Exército vai apurar discriminação de jovem transgênera \(iG, 28/09/2015\)](#)



Página de Marianna Lively no Facebook com desabafo feito pela adolescente sobre o caso (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

O Exército Brasileiro foi procurado pela reportagem do G1 para se posicionar sobre o ocorrido, mas ainda não se manifestou. O autor das fotos e o responsável pela divulgação das imagens e dos dados pessoais da jovem ainda não foram identificados. Um boletim de ocorrência foi registrado na sexta-feira (25).

Por conta da divulgação das imagens e do endereço e telefones, Marianna disse que começou a receber inúmeras ligações, ora com elogios, ora com ofensas. “Cheguei para me alistar às 7h e saí às 7h30. Foi tudo rápido e fui embora sem ter sofrido preconceito algum. Mas quando chegou perto das 14h comecei a receber ligações de pessoas me procurando pelo meu nome de registro”, disse ela.

Marianna, que sempre teve apoio dos pais por ser transgênera, disse ao G1 que sofreu preconceito na escola quando mais nova. “Todo transgênero tem suas fases. Quando ainda era homossexual, sofri muito problema na escola. Depois, no ensino médio, voltei a ter problemas com preconceito. Fazia curso técnico em logística e não consegui terminar o terceiro ano.”

Logo que as ligações ofensivas começaram a se repetir, Marianna buscou o apoio de sua mãe. Juntas, decidiram que iriam ao quartel falar com o comandante sobre o ocorrido.

“Falamos com o capitão França. Ele pediu desculpas pela infantilidade dos soldados, mas me pediu para deixar a poeira baixar e pediu para eu trocar o número do celular para cessar as

ligações. Como se isso resolvesse o problema de terem divulgado meu endereço e meus documentos todos”, disse ela.

MINISTÉRIO DA DEFESA

166

CERTIFICADO DE ALISTAMENTO MILITAR

RA: 04 022 274843 - 2

CSM: 04

VTA: 1

VALIDADE INSCRIÇÃO: 31 | 12 | 2015

DATA DE NASCIMENTO: _____

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO: _____ SP

ENDEREÇO COMPLETO: _____

BARRIO: _____ CEP: _____ TELEFONE: _____

ZONA: _____ C.F.P.: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO: _____ SEXO: M

COD. OCUP.: X2010 OCUPAÇÃO: _____ ESTADO CIVIL: 1 Solteiro

FILIAÇÃO: _____

PAI: _____

MÃE: _____

Marianna Lively teve sua ficha de alistamento no Exército Brasileiro divulgada na internet (Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

Rotina alterada

Marianna afirmou que desde o ocorrido não fica mais na casa onde vivia com a mãe. “Estou com medo de que façam alguma coisa comigo. Estou ficando na casa de parentes.”

Ela resolveu procurar a polícia depois que dois militares do Exército passaram na casa dela. “Eles falaram para minha mãe que queriam nos levar para o batalhão, mas não estava em casa e não fomos. Achei estranho”, disse a jovem. Nesta segunda-feira (28), Marianna disse que um militar com a identificação no peito escrita “Gomes” passou em sua casa procurando por ela, mas perguntando: “Aqui mora o David?”

Aniversário sem festa

Marianna completou 18 anos neste domingo (27) e a data passou em branco. “Fazer festa de que jeito? Não tem como. Não fiz nada. Minha mãe está chocada.”

A advogada Patricia Gorisch, presidente da Comissão Nacional de Direito Homoafetivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família, está acompanhando o caso da adolescente. “Ela foi fazer algo que é obrigatório, constrangedor por ser em um quartel, cumprir com o dever cívico

dela, jurar a bandeira e logo depois que saiu do ambiente militar, começou a receber as mensagens. Isso é transfobia.”

Patricia informou que vai registrar o caso no Exército Brasileiro para que seja apurado os crimes em termos militares.

“A internet não é terra de ninguém. Vamos fazer uma denúncia junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pois é importante que o governo se posicione sobre o caso. Houve crime militar, cível, desrespeito ao ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. Há ainda o agravante da Lei 10.948/01, que pune administrativamente a transfobia, com penas bem fortes em termos financeiros. Quem compartilhar e distribuir ódio pela internet também será punido”, disse a advogada.

Glauco Araújo

Acesse no site de origem: [Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postados na web \(G1/São Paulo, 29/09/2015\)](#)